

PROGRAMA NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Sílvia Hass Dolinski¹ - SEED/PR

Eixo Temático: Políticas Públicas e Gestão da Educação
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a proposta do Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio - PACTO, que se identifica como formação de professores em serviço realizada pelo Ministério da Educação e Cultura a partir do segundo semestre de 2014. O curso privilegia a articulação entre teoria e a prática no processo de formação docente, fundado no domínio de conhecimentos científicos e didáticos. Considera a escola como *locus* de formação continuada e (re)construção coletiva do projeto político-pedagógico em suas articulações com as concepções de juventude e direito à qualidade social da educação. É uma formação que garante ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito às condições necessárias para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país e integrado dignamente à sociedade, e, também, a diversidade dos sujeitos que frequentam ou tem direito de acessar o Ensino Médio brasileiro. A pesquisa apresenta, a partir de uma breve abordagem, as diferentes concepções de formação de professores segundo os autores Nóvoa (1995); Tardif (2002) e Frigotto (2009). Nesta direção faz-se um breve histórico quanto à elaboração e à efetivação do Programa como política pública. É uma possibilidade de buscar subsídios para o enriquecimento didático-pedagógicos que dependem da concepção de conhecimento que se desenvolve nos processos formativos. O PACTO é um modelo de proposta concreto com novas perspectivas para a valorização do Ensino Médio, tendo como suporte o MEC, SEED-PR e as Universidades, integrando saberes docentes rumo à construção de uma formação que se considere de fundamental importância para qualificar o professor.

Palavras-chave: Formação dos professores. PACTO. Ensino Médio.

Introdução

O Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PACTO) representa a articulação e coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais na formulação e implementação de políticas para elevar o padrão de qualidade do

¹ Pedagoga do CEEBJA-UEPG, professora PDE da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail:silviadolinski@bol.com.br.

Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele têm direito.

Para o Programa, a formação continuada identifica-se como um processo, ou seja, a formação é constante, envolve uma realidade complexa e dinâmica, que se faz necessária à participação ativa do próprio professor; sua abordagem metodológica prima pela articulação teoria-prática, no entanto abre importantes momentos de discussão.

Esta política tem uma dimensão que necessita de tempo para se avaliar, com consistentes objetivos decorrentes de uma formação continuada exitosa, como a qualidade do ensino-aprendizagem e da gestão escolar que aponta um crescente interesse pelo Programa, tanto pelos professores participantes, como por pesquisadores sobre formação docente. Tem sido uma aproximação com grandes contribuições da Educação Básica com o Ensino Superior trazidas, certamente, para o cotidiano escolar.

A formação humana integral do ser humano

A concepção de Educação Integral encontra-se nos escritos de Antônio Gramsci (2000), em que propunha uma educação “desinteressada”², que visava à formação do homem integral, objetivando sua emancipação.

No Documento Orientador relativo ao PACTO afirma-se que a educação integral compreende o desenvolvimento de todas as dimensões (omnilateral) do ser humano, sendo ele o sujeito e não o mercado ou a produção a referência do processo educativo. Educação básica integral pública, universal, gratuita e unitária que implica na garantia das condições de acesso e permanência a um ensino de qualidade realizado como direito dos estudantes à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Marx (1985) associa a omnilateralidade ao movimento do devenir, das novas relações emancipadas. Ideia de correspondência. O desenvolvimento do homem integral, em que a omnilateralidade se manifesta concretamente, pressupõe a existência de uma práxis educativa que:

[...] ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não-separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes, ou seja, uma práxis educativa que se funde sobre um modo de ser que seja o

² O conceito de “desinteressada” em Gramsci liga-se à escola formativa, que desenvolve o caráter, de cultura geral, que tem como centralidade curricular os conhecimentos universais portanto, a ciência da história. Para ele, essa modalidade de escola, “não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativa, ainda que “instrutivo”, isto é, rico de noções concretas” (1978, p.136).

mais possível associativo e coletivo no seu interior e, ao mesmo tempo, unido à sociedade real que o circunda (MANACORDA, 1991, p. 75).

A educação está associada ao conceito de *omnilateralidade*, por isso deve contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, no sentido de promover o acesso produção de cultura e a construção de saberes. Sobre a referida concepção, Manacorda (1991, p. 81) esclarece que:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais [inclusa a educação], além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 1991, p. 81).

É importante salientar que a omnilateralidade³, enquanto formação integral do ser humano, caracteriza-se como finalidade do processo educativo que tenta recuperar o homem na sua totalidade, como um ser integral, pleno e emancipado, capaz de posicionar-se conscientemente diante da realidade, do mundo em que vive.

Na perspectiva do Documento Orientador do PACTO, entende-se como formação humana integral uma ideia que assegura as condições para desenvolvimento humano na sua integralidade, esta visão do ser humano afastado historicamente supera, portanto, a divisão social do trabalho. Trata-se também ir além do reducionismo presente na preparação para o trabalho dos conhecimentos científicos-tecnológicos e na sua apropriação histórico-social.

É uma formação que garante ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito às condições necessárias para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país e integrado dignamente à sociedade. Formação que, neste sentido, supõe “a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85) e, também, a diversidade dos sujeitos que frequentam ou tem Ddireito de acessar o Ensino Médio brasileiro.

³ O termo omnilateralidade refere-se “à formação do ser humano desenvolvido em todas as suas potencialidades, por meio de um processo educacional que considere a formação científica, tecnológica e humanística, a política e a estética, com vistas à emancipação das pessoas” (BRASIL, 2013, pg.34).

A formação humana integral implica em competência técnica e compromisso ético, que se revelam em uma atuação profissional pautadas pelas transformações sociais, políticas e culturais necessárias à edificação de uma sociedade igualitária.

Segundo as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (2011), o Ensino Médio, fundamentado na integração das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura pode contribuir para explicitar o significado da formação humana integral.

Para o Documento Orientador (s.d.), é uma formação que proporciona ao sujeito o acesso às bases científicas dos diferentes campos do conhecimento, tanto os das ciências da natureza como aqueles que permitem apreender a dinâmica das relações sociais em suas determinações e construção histórica, além da oportunidade de apropriar-se das diferentes formas de linguagens como ferramentas de expressão e comunicação para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual como condição de compreender a sociedade em que vive para atuar coletivamente na defesa dos direitos.

É integrada no sentido de superação da fragmentação e do pragmatismo e da antinomia entre a formação geral e específica, humanista e técnica, política e técnica, deve constituir-se em uma formação que se realiza a partir de uma concepção de ciências e conhecimento em que a particularidade e a singularidade se articulam dentro de uma totalidade e universalidade historicamente construídas (DOCUMENTO ORIENTADOR, s.d.).

Neste sentido, a ciência, o trabalho, a tecnologia e a cultura como dimensões estruturantes do ensino médio deverão possibilitar o desenvolvimento dos sujeitos a partir da compreensão da historicidade e do caráter dialético do conhecimento.

Para atingir a perspectiva de ensino médio integral faz necessário constituir em política pública educacional e é, também, fundamental, que o Estado se faça presente e que essa assuma uma amplitude nacional e que as ações realizadas nesse âmbito possam enraizar-se em todo o território brasileiro (DOCUMENTO ORIENTADOR, s.d.).

Formação dos professores: algumas reflexões

Os professores fazem parte de um grupo de profissionais cuja relação íntima com o conhecimento torna-se imprescindível para o desempenho de sua principal tarefa que é ensinar. Para que se compreenda essa relação é necessário partir do pressuposto de que os professores possuem saberes, são atores competentes, ou melhor, são sujeitos do conhecimento, afirma Tardif (2002).

Acredita-se que a formação dos professores necessita “investir positivamente nos saberes de que o professor é portador, trabalhando-os de um ponto de vista teórico e conceptual” (NÓVOA, 1995, p.27). Em complemento, Tardif (2002, p.36) afirma que o saber docente é “plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes, oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”. Requer-se, então, despertar num contexto de formação a consciência crítica, tanto do educador quanto a do educando numa troca de experiência em que se envolvem o conhecimento da realidade, a valorização do saber do educando, sua leitura de mundo e sua prática de vida.

Parte-se do pressuposto de que é papel da Escola colaborar na formação do indivíduo que possa fazer interferências mais significativas na prática social. É, portanto, imprescindível que o educador domine conteúdos, que pratique um método crítico, que dê ao aluno a oportunidade de alcançar a consciência crítica e instruída de si e de seu mundo, passando, gradativamente, de cada grau ao seguinte. Com isso ele descobrirá as causas do seu atraso cultural e material e as exprimirá segundo o grau de consciência máxima possível em sua situação.

Charlot (2008, p.78), traz um aspecto importante da educação que merece ser discutido. Para ele:

A educação é um triplo processo de humanização (torna-se um ser humano), de socialização (torna-se membro de tal sociedade e de tal cultura) e de singularização (torna-se sujeito original, que existe em um único exemplar – independentemente de sua consciência como tal). As três dimensões do processo são indissociáveis: não há ser humano que não seja social e singular, não há membro de uma sociedade senão na forma de um sujeito humano, e não há sujeito singular que não seja humano e socializado (CHARLOT, 2008, p. 78).

De acordo com as afirmações de Charlot (2008), o ser humano produz-se sob a forma sociocultural determinada. O ser humano quando produzido pelo processo de hominização, ele se faz singular, inteiramente original; a educação abrange um triplo processo intrínseco de singularização, humanização e socialização.

Frigotto (2009) ressalta que os educadores são aqueles que, além de uma competência teórica, técnica e prática carregam uma concepção de projeto alternativo de sociedade que têm uma imensa tarefa (dentro e fora da escola) de construir uma sociedade efetivamente democrática.

Esta é uma tarefa fundamental: transformar a escola num espaço coletivo de luta. É nestes espaços que se tece e constroi a cidadania ativa e a educação que constitui sujeitos capazes de sua emancipação. É neles, também, que poderemos encontrar o

caminho de resgate da escola dentro de um horizonte onde a utopia de novas relações sociais, para além do sistema capitalista, ganha materialidade histórica.

Ainda, na perspectiva de Frigotto (2009), a natureza da organização e do processo pedagógico no conteúdo curricular, nos materiais e nos métodos depende da concepção de conhecimento que se desenvolve nos processos formativos.

PACTO: Um novo olhar para o ensino médio

O Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio-PACTO é uma experiência que se apresenta com um enfoque diferenciado para a concretização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio com perspectiva de ações que estão sendo implementadas pelo governo Federal a partir de 2014.

Para o Documento Orientador (s.d.), o conteúdo deste PACTO expressa as discussões realizadas nos últimos anos pelo Ministério da Educação, Secretarias de Estado da Educação, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação (CONSED), Universidades, Conselho Nacional de Educação e Movimentos Sociais, assim como as intensas discussões realizadas no Fórum de Coordenadores Estaduais do Ensino Médio. Neste sentido, expressa o amadurecimento do país com vistas ao compromisso com uma Educação Básica plena (da Educação Infantil ao Ensino Médio) como direito de todos.

Também é resultado do diálogo da Secretaria de Educação Básica SEB/MEC com o CONSED que se consubstanciou em um documento síntese da discussão realizada, apresentando indicações importantes para a elaboração do mesmo. Assim, ele é constituído principalmente pela articulação de ações existentes e de novas proposições de ações que passam a constituir-se num conjunto orgânico e definidor da política para o Ensino Médio brasileiro (DOCUMENTO ORIENTADOR, s.d.).

Este documento é assim o resultado do trabalho de cooperação da União com os entes federados e diferentes instâncias de representação e trata de todos os aspectos necessários para que os jovens brasileiros tenham garantido o direito ao acesso, permanência e efetiva aprendizagem, no curso da Educação Básica.

Considera-se esta proposta uma possibilidade de superar as dificuldades existentes entre educação básica e ensino superior, também, uma política de incentivo, valorização e formação dos profissionais da educação.

É certo afirmar que os cursos de formação inicial para professores ofertados pelas Universidades e, por mais que sejam de melhor qualidade, não fornecem os conhecimentos necessários para o exercício da docência? A prática cotidiana do professor, acima de tudo, também, proporciona elementos muito importantes para a ação docente possibilitando um maior aprimoramento dos conhecimentos inicialmente adquiridos?

Além disso, é necessário considerar que a formação inicial de professores precisa fornecer condições permanentes para que o graduado exerça com primazia suas funções de docente. Contudo, a formação continuada fornece possibilidade ao professor de adquirir novos elementos para o fortalecimento de sua própria prática pedagógica, tendo em vista os diferentes contextos, saberes e experiências acumuladas durante o exercício de sua profissão. Por isso, é importante os momentos de formação para estimular os professores a refletirem sobre sua prática, após terem participado deste programa de formação continuada, encarando sua produção de conhecimento como impactos na sua prática e quais os sentidos deste programa para com a sua formação.

Ressalta-se que as reflexões da proposta do Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio-PACTO tem como ponto de partida o ambiente escolar descortinado pelo olhar de seus próprios atores, os professores do Ensino Médio. As atividades do PACTO são realizadas, em sua grande maioria, de forma presencial, nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná e a distância, com demais Professores da Rede Pública Estadual de Ensino, por meio do Grupo de Estudo em Rede - GER, cujas discussões ocorrem em ambiente virtual de aprendizagem.

O Grupo de Estudo em Rede-GER é uma ação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná que integra o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino caracteriza-se pela interação virtual entre os professores da Rede Pública de Ensino que atuam no ensino médio.

O Documento Orientador (s.d.) afirma que no ensino médio, reside a dívida maior em relação ao direito social e subjetivo à educação. O Brasil, embora sendo o país econômica e politicamente mais importante da América Latina, até 2009, era o único em que o ensino médio não se constituía, de fato, como obrigatório. É somente com a recente alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96 que a Educação Básica passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos e, portanto, o Ensino Médio passa a se constituir em direito de todos os jovens de 15 a 17 anos (DOCUMENTO ORIENTADOR, s.d.), conquista obtida com a aprovação da emenda

constitucional nº 59/2009 (que deu nova redação aos incisos I e VII do artigo 208 da C. F.), determinou que, até 2016, a educação básica passa a ser obrigatória àqueles que tenham de 4 a 17 anos, assegurando-se, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

O Programa começou a desenvolver suas atividades no ano de 2014, que foi assim constituído:

Ingressaram as turmas da primeira etapa do PACTO no ano de 2014, sendo que cada turma seria constituída de 35 (trinta e cinco) professores das diferentes disciplinas de ensino, além das áreas de Pedagogia e Educação Especial.

Para ingressar no PACTO faz-se necessário ser professor do Ensino Médio, no mínimo por um período de dois anos de atividades de docência e cadastrado no CENSO 2013. O professor dedica 50% das atividades ao aprofundamento teórico nos encontros mensais presenciais de 8 horas; outros 50%, serão destinados aos encontros a distância em momentos virtuais de aprendizagem.

As atividades desenvolvidas nos encontros do PACTO tem acompanhamento do professor orientador de estudo que participa da formação, juntamente com os formadores das IES e dos NRE, nas Universidades, para a realização das atividades propostas nos cadernos elaborado pelo MEC em parceria com a SEED-PR e Universidades Públicas do Paraná.

O PACTO é uma política que se apropria de uma Formação Continuada com base em princípios que reconhecem os professores como produtores de saberes que se consolida nos espaços para discussões teórico-práticos e com a utilização dos meios tecnológicos permitindo a interação entre os professores da rede pública participantes do Programa. .

Com esse intuito houve a possibilidade de organizar um programa de formação continuada que atenta para as reais necessidades de enfrentamento dos problemas presentes no Ensino Médio para superar o modelo de formação continuada de professores concebido de forma homogênea, fragmentada e descontínua; organizar um programa de formação.

Dessa forma, o professor participante do PACTO tem na sua concepção sistematizar e refletir de forma objetiva as reais necessidades pedagógicas da escola pública estadual, pois em oposição aos modelos de formação aligeirados e desconectados de formação continuada, propõe-se uma formação cujo ponto de partida é a realidade escolar que à luz de aprofundamentos teóricos será criteriosamente

analisada com a finalidade de buscar respostas necessárias aos desafios que nela foram encontrados.

Enquanto política de formação continuada e de valorização dos Professores - da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado Paraná, o PACTO propõe alternativa de superação dos tradicionais modelos de formação de professores em serviço, haja vista que o professor necessita de um constante aprofundamento teórico ao ingressar no Programa com meios viáveis de superação das dificuldades enfrentadas em sua própria prática escolar.

Sendo assim, o professor que participa do Programa irá aprofundar seus conhecimentos e aperfeiçoar as questões sobre a prática pedagógica, também, desvela os contextos sociais que afetam sua atuação, o que por sua vez amplia os horizontes da compreensão crítica da mesma, contribuindo efetivamente para o processo de mudança não somente do contexto escolar onde atua, mas da realidade educacional como um todo.

O Programa de Formação Continuada do PACTO é composto por atividades de integração teórico-prática e encontros mensais. Atividades de aprofundamento teórico, ou seja, cursos seminários, atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico, onde está situado o grupo de estudo em rede. Cada um dos eixos estão articulados entre si, apesar de didaticamente os apresentarmos de forma separada.

Segundo o Documento Orientador (s.d.), as Universidades participantes do Pacto (UEL, UEM, UENP, UEPG, UNESPAR, UNICENTRO, UNIOESTE, UFPR e UTFPR) realizam encontros com os Formadores Regionais e com os Orientadores de Estudo. Os encontros são destinados ao estudo e à preparação desses profissionais para a realização dos estudos coletivos dos professores e pedagogos nas escolas de Ensino Médio.

Entretanto, faz-se necessária uma estreita articulação das ações do Professor orientador de estudo com a Direção, Equipes Pedagógica e Técnico-Administrativa, Professores e Alunos, a fim de que as ações pensadas, planejadas e executadas cumpram o seu objetivo, com base no diálogo, no compromisso coletivo, na co-responsabilidade, a fim de que a atuação do Professor possa ser cada vez mais ampliada.

Assim, pode-se afirmar que quando o professor realiza atividades na escola faz-se aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos no convívio com os orientadores que tiveram sua formação com os formadores da IES dando oportunidade para a superação dos problemas do cotidiano escolar.

Destaca-se que nas atividades de aprofundamento teórico o professor orientador do PACTO participará de cursos ofertados pelas Universidades, objetivando ampliar, aprofundar e atualizar conhecimentos para dessa forma também possibilitar a interação deste professor com os demais professores da Rede, através de Grupos Virtuais de Trabalho ou Grupos de Estudo em Rede -GER.

O Grupo de Estudo em Rede-GER

Para registro e acompanhamento dos estudos e das discussões que acontecem durante a formação dos professores e pedagogos do Ensino Médio, conta-se com o ambiente virtual de aprendizagem no Portal Dia a Dia Educação. O ambiente virtual destina-se aos registros e acompanhamento do curso com o objetivo de auxiliar as IES, os Formadores Regionais e Orientadores de Estudo na implementação da proposta, bem como subsidiar a SEED na elaboração de ações futuras específicas para o Ensino Médio no estado do Paraná. Nesse espaço, desenvolvido para o Grupo de Estudos em Rede GER, a SEED disponibilizará os materiais de estudo: cadernos MEC, caderno SEED, vídeos e textos complementares.

O Grupo de Estudo em Rede reorganizado nos moldes do GTR (Grupo de Trabalho em Rede em 2014 tem como o objetivo socializar os conhecimentos adquiridos durante a formação com os seus pares na escola.

O ambiente Grupo de Estudos em Rede – GER destina-se a contribuir pedagogicamente nas discussões e análises realizadas pelos cursistas a partir dos materiais e recursos disponibilizados nesse ambiente. Objetiva, também, auxiliar o Formador Regional e Orientador de Estudo na preparação e (re)organização das leituras, análises e discussões dos textos relacionados às temáticas. Contudo, um importante objetivo desse ambiente é subsidiar a Secretaria de Estado da Educação para posterior tomada de decisões e implementação de ações para a melhoria do Ensino Médio no Paraná na perspectiva da formação humana integral.

Nesse contexto, no GER, em ambiente virtual, propõe-se que os desafios apontados pelos professores do PACTO sejam discutidos e debatidos pelos professores em rede.

O GER, com base nos princípios da construção colaborativa do conhecimento, promove a integração de diferentes saberes docentes, contribuindo significativamente tanto na formação dos professores PACTO quanto dos demais professores da rede, pois as construções coletivas, emergentes de uma multiplicidade de intercâmbios, viabilizam

subsídios para a constituição de subjetividades produtivas, desejantes e revolucionárias, em uma rede simbólica por excelência (GOMEZ, 2004).

Por sua grande abrangência o GER adquire uma importante posição dentro da proposta de formação do PACTO, por seu grande potencial estratégico na disseminação das políticas pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado, sobretudo, pela possibilidade de diálogo direto com um grande número de professores da Rede.

Parcerias: compromisso e qualidade

Há uma grande parceria entre os professores PACTO e seus pares da rede pública de ensino na construção do conhecimento, como colaboradores. Entende-se que o aprofundamento teórico realizado pelos professores PACTO privilegiam o conhecimento teórico-prático. O trabalho realizado é constituído de ação educativa e que, segundo Oliveira; Oliveira (1981, p.19), promove “o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha”. É uma concepção que segundo Pinto (1979, p. 456) é considerada “fundamentalmente como ato de trabalho sobre a realidade objetiva”, ou como é abordado por Gamboa (1982, p. 36) “atividades dessa natureza superam, essencialmente, a separação entre conhecimento e ação”.

Ressalta-se que o PACTO garante uma política de formação e valorização dos professores comprometida com as reais necessidades da escola pública, o que por sua vez exige significativos investimentos para manter o suporte técnico, material pedagógico necessários para uma formação consistente.

A proposta do curso compreende o professor como um sujeito epistêmico, que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da realidade e nas possibilidades de transformação da sociedade.. As atividades do curso estão focadas no professor e foram organizadas em momentos distintos, porém articulados entre si (BRASIL, 2014).

Destaca-se também que o professor não se ausentará de suas atividades docentes de suas respectivas escolas; os encontros acontecem nos sábados, neste sentido não acarretando ônus para o Estado com substituições. Acrescenta-se ainda que os professores que ingressam no Programa recebem uma bolsa complementar de R\$ 200,00 para as despesas de material de apoio, sem nenhum prejuízo em seus rendimentos.

É notório o compromisso com a melhoria do ensino público tanto Federal como Estadual pelo investimento aplicado que se justifica pelo número de professores direta e indiretamente envolvidos no Programa.

A partir de 2014 com o ingresso dos professores da Rede diretamente envolvidos no Programa, considera-se que cada um dos professores participante do PACTO, durante o período de realização das atividades, tem o compromisso de produzir, desenvolver as atividades com os alunos e pesquisa, também, socializar discussões com os seus pares nos Grupos de Estudo em Rede-GER, no ambiente virtual de aprendizagem e realizar ações de na realidade escolar.

Considerações Finais

Sem negar as dificuldades inerentes a um projeto de tal dimensão, é preciso destacar que o diálogo estabelecido é uma conquista em prol da educação paranaense.

Nesta análise apresenta-se como resultados o compromisso assumido pelos professores com o Programa, o envolvimento das equipes gestoras dos Núcleos Regionais de Educação, os gestores das escolas, os professores Orientadores das IES, a participação intensa dos professores no GER e a equipe da Coordenação Estadual do PACTO.

Há um envolvimento pela equipe do PACTO, demonstrado pela maioria dos professores apresentando grande desempenho na proposta.

O PACTO almeja uma formação que se considera de fundamental importância para a qualificação do professor por meio de ações culturais e políticas que se volte ao reconhecimento do valor da educação continuada e como estratégias para a promoção de equidade educativa e social. É, certamente, uma iniciativa de grande abrangência, portanto, um passo decisivo de embasamento teórico para a melhoria do ensino na perspectiva da formação humana integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio**, etapa I - caderno I : ensino médio e formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Carmen Sylvia Vidigal Moraes... et al.]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: Questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DOCUMENTO ORIENTADOR. **Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio**. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf >acesso em 20 de julho de 2015, as 00:00h.

FRIGOTTO, G. Crise atual do capitalismo: reflexos na sociedade e na educação no Brasil. In: Síntese da palestra proferida na abertura do **I Congresso Internacional de Educação de Ponta Grossa**. Paraná, 2009.

GAMBOA, Silvio A. S. **Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional**: um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB. Brasília: Faculdade de Educação UnB, 1982.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Educação em rede - Uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1991.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Rosiska D. e OLIVEIRA, Miguel D. **Pesquisa social e ação educativa**. In: Carlos Rodrigues Brandão, (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.